

# Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia

Wendell Teles Lima<sup>1</sup>

Nilson César Fraga<sup>2</sup>

Ana Maria Libório Oliveira<sup>3</sup>

Iatigara Oliveira Silva<sup>4</sup>

## Resumo

A pesquisa que embasa este artigo está vigente no Programa de Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Analisa a geopolítica dos sistemas geográficos existente em nosso país, compreendidos como um conjunto de elementos naturais e artificiais no território. Para tanto, resgata-se as ideias do geopolítico Mário Travassos, desenvolvidas na década de 1930 e com influência no desenvolvimento da geopolítica posterior. A partir do pensamento desse teórico, discute-se as possibilidades advindas do sistema geográfico amazônico em função da estratégia do Estado brasileiro.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Sistema Geográfico; Amazônia.

## *Sistemas geográficos y Geopolítica de la Amazonia*

## Resumen

La actual investigación se desarrolla en el Programa de Doctorado en Geografía de la Universidad Federal de Paraná (UFPR). Objetiva la análisis geopolítica de los sistemas geográficos existentes en nuestro país (un conjunto de elementos naturales y artificiales existente en lo territorio), a través del desarrollo de las ideas del geopolítico Mario Travassos de la proyección regional del país en la década de 1930, y con influencia en el desarrollo de la geopolítica posterior. Por lo tanto, se desarrollará una comprensión de la estrategia brasileña según los sistemas geográficos de Amazonia.

**Palabras clave:** Geopolitics; Geographic System; Amazonia.

## Introdução

A análise geopolítica do território brasileiro passa ainda pela compreensão dos sistemas geográficos brasileiros e sul-americanos, conforme assinalado pelo geopolítico militar Mário Travassos, em seu livro *Projeção Continental do Brasil* (segunda edição de 1935), que teve como pano de fundo as disputas

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia / UFPR. Docente da Universidade Estadual do Amazonas. Contato: wendelltelesdelima@gmail.com

<sup>2</sup> Docente da Universidade Federal do Paraná. Contato: nilsoncesarfraga@hotmail.com

<sup>3</sup> Docente do Insituto Federal de Goiás. Contato: analiborio@gmail.com

<sup>4</sup> Docente da Universidade do Estado do Amazonas. Contato: iaticara@gmail.com

hegemônicas sobre o domínio sul-americano, notadamente entre Brasil e Argentina.

A constituição de dois sistemas geográficos internos compostos pelas bacias hidrográficas do Prata e Amazonas, e as influências externas estritamente ligadas as bacias oceânicas do Atlântico e Pacífico, são concebidos como estímulos geográficos que estão dispostos na constituição do território e que, através da ação do Estado, são transformados em desígnios geopolíticos, estabelecendo um jogo de força para dentro e para fora do continente.

Esses fatores geográficos são determináveis (e não determinações geográficas) porque estão relacionados às relações de força estabelecidas por cada país que compõem cada sistema. Já Friedrich Ratzel soube observar a importância dos elementos geográficos no território, no sentido de componente essencial nas políticas territoriais.

Travassos conclui sua análise em favor do Prata, devido à confluência ali estabelecida da disputa hegemônica entre Brasil e Argentina, bem como da região do Triângulo Boliviano. Mas o presente artigo irá tratar da abordagem travassiana acerca do sistema geográfico amazônico, fundamental para a ampliação de poder geopolítico no Brasil na parte setentrional do subcontinente.

### **Decifrando o sistema geográfico na análise travassiana**

A análise de Mário Travassos (1935) refletiu os condicionantes geográficos da projeção do país no cenário sul-americano, tendo como preocupação a disputa pela superioridade no continente diante das disputas com Argentina. Na concepção desse autor, um fato decisivo na disputa dos dois países era o controle da região do Triângulo Boliviano.

Quase 50 anos depois da publicação as ideias de Travasso, Schilling (1981) aponta a atualidade do pensamento do autor:

Do ponto de vista geopolítico a região apresenta a seguinte situação: dos países *grandes*, o Brasil e a Argentina, com tendências expansionistas não dissimuladas e três *pequenos* países (geográfica, demográfica e economicamente pequenos) Uruguai, Bolívia e Paraguai. Esses dois últimos são países mediterrâneos, sem saída para o mar: Os prisioneiros geopolíticos, para usar um vocábulo do imperialismo dos nossos dias, Sua libertação depende fundamentalmente da integração. (SCHILLING, 1981, p.123).

A partir dos anos 90, esse jogo geopolítico seria restringido às disputas econômicas entre Brasil e Argentina no âmbito da constituição do Mercado Comum do Sul

(MERCOSUL). Mas as pretensões brasileiras de projeção regional ainda persistem em direção a outros sistemas geográficos além do platino:

Mas não havia somente o fantasma do crescimento argentino a assombrar a geopolítica de Travassos; havia outro mais forte, mas relativamente acalmado pela distância, visto que o Brasil estaria fora de sua área de articulação. Os Estados Unidos começam a se expandir politicamente pelo Caribe, Antilhas, mas logo se fazem aparecer na América do Sul. Fruto não somente de engenharia, mas também do expansionismo norte-americano o canal do Panamá é amostra de que Washington não deixaria de perturbar o equilíbrio regional. Para Travassos, os Estados Unidos teriam na Colômbia uma porta aberta para posteriormente penetrar na Bolívia e, por fim, adentrar na Amazônia, o que o Brasil temia. A presença norte-americana na América do Sul se faria sentir, além da Colômbia, nos Andes em virtude da produção de borracha e de outros recursos naturais. Sendo assim, uma interpretação sobre a Guerra do Chaco, Bolívia e Paraguai, entre 1928 a 1932, ocorreu em virtude de promissoras jazidas de petróleo que se julgavam existir naquele território. (HAGE, 2013, p. 106).

As pretensões expansionistas dos Estados Unidos remetem à satelitização de vários países no continente, tendo uma grande influência nos países amazônicos, segundo Travassos. As atividades econômicas e possibilidades de exploração futura de outras riquezas servem como alerta diante da necessidade de articulação do território brasileiro, sobretudo, dos sistemas geográficos da Bacia Amazônica:

E, parece-nos, nada mais é necessária à caracterização da Amazônia como potencial centrípeto. Cabe ao Brasil tomar consciência dessa considerável realidade geográfica. Em sua mão está o curso do Amazonas, o majestoso desfecho de todo o drama econômico que se prepara nos bastidores do soberbo anfiteatro amazônico, o qual a largos passos vimos percorrer, sobre a carta geográfica. (TRAVASSOS, 1935, p.130).

No sistema geográfico do Amazonas tem-se o potencial das forças centrípetas em que o poder do Brasil é preponderante em boa parte da bacia de drenagem, sobretudo pela navegabilidade ocorrer no território brasileiro, que, assim, estabelece a própria dependência de escoamento dos países amazônicos que convergem para nosso país. Essa tendência natural é reforçada pela constituição de próteses como a ferrovia Madeira-Mamoré, que no início do século passado foi julgada ponto decisivo na consolidação no domínio amazônico e na satelitização da Bolívia e neutralização da própria Argentina.

Os sistemas geográficos concebidos como condições geográficas existentes no território podem ser estimulados pela ação do Estado (Geopolítica) ou pela iniciativa

privada (Geeconomia), e em ambos se entrelaçam às pretensões hegemônicas brasileiras:

As geopolíticas contemporâneas e clássicas conferem dupla sustentação à preponderância brasileira. A primeira é a economia, cujo tamanho e sofisticação não tem paralelo com seus vizinhos. A segunda é a geografia, com a integração entre as bacias Amazônica e Platina, e as vertentes do Atlântico e Pacífico. Tal qual uma imensa “área de soldadura” o território brasileiro permite o transbordamento da ideal político predominante no Cone Sul até os países setentrionais. A continentalidade do país é fundamental à transformação das relações interestatais em todas as áreas sul-americanas, ao enfraquecimento das influências de potências externas, e, por conseguinte, à consolidação da região geopolítica. (ROSEIRA, 2011, p.163).

Os sistemas geográficos parecem ser determinantes nas políticas territoriais brasileiras em direção às áreas mais setentrionais de nosso país, pois constituem “áreas de novas sondagens” para a articulação dos sistemas geográficos setentrionais e orientais. Essa é a atualidade do pensamento de Travassos, como apontado por Roseira (2011):

Para Mário Travassos (1935) a projeção continental do Brasil passava por sistema de circulação conectando grandes áreas da América do Sul. Em sua obra, o Brasil se caracteriza por um grande território que, devido a sua posição, é o único capaz de promover o vertebramento em escala sul-americana. A partir do Brasil, a Bacia Amazônica poderia ser conectada com a Bacia Platina, aproveitando-se a capacidade de navegação de duas maiores redes hidrográficas do continente. Da mesma forma, o Oceano Atlântico deveria ser interligado ao Oceano Pacífico, principalmente via estradas de ferro. Controlando a maior parte da Bacia Amazônica, com uma posição privilegiada na Bacia Platina, e, sendo o principal país atlântico, a conexão com o Pacífico projetaria o Brasil como potência bio-oceânica. (ROSEIRA, 2011, p. 64).

Observa-se que a visão de Travassos estava diretamente integrada aos sistemas das bacias oceânicas, que deveriam ser potencializadas no que diz respeito aos sistemas geográficos Platino e Amazônico como base das políticas territoriais. Esse legado de Travassos se refletiria no desenvolvimento do pensamento geopolítico no Brasil e, ao mesmo tempo, aparecendo de forma concreta nas políticas territoriais do Estado brasileiro.

Sem dúvida, se pode observar na análise travassiana a importância da circulação como elemento da coesão territorial e projeção de poder, conforme apontado por Camille

Vallaux (apud COSTA, 1999), quando retrata a importância dessas metas na constituição de qualquer território:

Há quase um século, Camille Vallaux, o mais arguto dos comentaristas de Ratzel, já demonstrava que a estrutura geral de circulação de um país (interna) e o que ela projeta em termos de fluxos (externa) apresenta ao longo da história um triplo significado: primeiro, ela é reveladora de uma estratégia nacional de construção da coesão interna e de defesa da integridade territorial, isto é, de articulação e proteção dos seus elementos vitais, tais como fronteiras, sua capital, a infra-estrutura fundamental, etc. Segundo, ela revela também a natureza da projeção externa de um Estado, sempre carregada de significados diversos, ora sinalizando enlaces voltados para a cooperação, ora envolvida com políticas de poder e de hegemonia em contextos de rivalidades regionais. Finalmente, em seu significado trivial, a circulação geral é realmente aquilo que mais aparenta, isto é, infra-estrutura econômica ou meios de transporte de bens, pessoas e informação. (COSTA, 1999, p. 30).

A vertebração do território ou sua ligação tendo como objetivo a coesão territorial e, ao mesmo tempo, sua projeção de poder são pontos fundamentais na constituição da análise de Mário Travassos:

Mas o que não se pode negar é que, dados os aspectos geográficos sul-americanos que vimos focalizando – como aspectos essenciais ou como signos de inquietação política – somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental, tal como incontestavelmente lhe compete. (TRAVASSOS, 1935, p.140).

Para Travassos (1935), a pluralidade de meios de transportes é fundamental no processo de coesão dos sistemas geográficos, onde sua potencialização advém de estímulos políticos. De acordo com Silva (1981), a constituição dos transportes fluviais, ferroviários e a aviação são fundamentais no processo de projeção do país.

### **A geopolítica do sistema geográfica amazônico**

Na concepção de Travassos (1935), o sistema geográfico amazônico é estratégico no continente sul-americano em função de sua força concêntrica diante dos países que compõem a bacia de drenagem amazônica e que tendem a ser influenciados pelo grau de inserção nesse sistema, ou seja, sua dependência diante do Brasil em função do escoamento de produtos. A conquista do sistema geográfico amazônico, na concepção desse geopolítico, passava pela captação do Triângulo Boliviano e, ao mesmo tempo, neutralização do sistema platino:

Recapitulando sinteticamente o controle do triângulo estratégicos do “heartland” boliviano através da ligação Santa Cruz-Madeira e a conexão Amazonas-Pacífico, via “nudos” andinos asseguraria a supremacia da política de comunicação baseada no eixo oeste-leste e a posição dominante do Brasil longitudinal e atlântico no planalto central e na vertente pacífica do continente sul-americano. (MELLO, 1997, p. 68).

Esses elementos são vitais na ação estratégica brasileira pensada por Travassos, sendo complementadas pela ferrovia Madeira-Mamoré e pela aviação. Algumas preocupações surgiram futuramente no pensamento geopolítico brasileiro, nesse sentido, baseadas nos pressupostos travassianos, caso do também geopolítico Militar Golbery do Couto e Silva (1967), quando retrata a importância do Brasil no Atlântico Sul e o papel da Foz do Amazonas na penetração pelo território sul-americano. De acordo com Roseira (2011), as ideias desse geopolítico podem ser expressas da seguinte forma,

Chefe da Casa Civil em dois dos cinco governos, Golbery do Couto e Silva pôde por em prática várias de suas concepções geopolíticas sobre o Brasil (KELLY, 1997). Entre os aspectos estruturantes do seu discurso está a proposta de “visualização” do espaço mundial, baseada nos esquemas de Mackinder e Spkyman. Suas análises se orientam pelo realismo político e pela defesa do Brasil como o parceiro privilegiado dos Estados Unidos. Há uma variedade de temas abrangendo desde a consolidação territorial do país até o poder continental. Em conjunto, refletem sua perspectiva de projeção interna e externa do Brasil (ROSEIRA, 2011, p. 70).

A ideia de Silva (apud Roseira, 2011) retrata uma concepção integrativa dos sistemas geográficos de Travassos, quando remete à importância da hegemonia no sistema geográfico do Atlântico Sul. A centralidade na rivalidade entre Argentina e Brasil e a estabilidade com os demais países no continente remetem a uma valorização da Bacia Atlântica e a um papel secundário da Bacia do Pacífico Sul, entretanto, o sistema geográfico amazônico apreço em sua teoria como parte fundamental para a conexão com esse sistema geográfico.

### **O reforço do sistema amazônico nas tendências geopolíticas**

A retomada do planejamento territorial na década de 1990 marca o retorno dos desígnios geopolíticos do Estado brasileiro, intrinsecamente ligado à crítica em relação à denominada década perdida dos anos 80 em que o Estado desenvolvimentista teve um menor poder de fomento e expansão sobre o território, culminando no seu esquecimento

do projeto geopolítico para o continente sul-americano. Na década de noventa, algumas iniciativas partem da ação protagonista do Estado com a iniciativa privada:

Numa “nova fase” do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, começa a ser revisitada a preocupação de inserção do Brasil no “novo” sistema-mundo, através do retomada da geopolítica estratégica, tendo como destaque áreas de atuação do governo brasileiro pela Amazônia. Nessa perspectiva, enquadram-se os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), lançados em 1996, no contexto do Programa Brasil em Ação. Eles fazem parte de uma estratégia que tem como ponto de partida a Integração de Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Esse programa tem como finalidade o processo de regionalização sul-americano, que desemboca no discurso da estratégia brasileira em 1992 ao delimitar a esfera política regional de atuação na América do Sul. (LIMA et al, 2012, p. 1-2).

Essa projeção do país não é somente em direção ao continente sul-americano, pois este serve como plataforma de projeção aos mercados internacionais. Para Becker (1999), a consolidação dessa realidade ocorre na década de 90 com a constituição dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs):

A justificativa dos EID se fundamenta em necessidade internas e externas da retomada dos investimentos produtivos e da redefinição do papel do Estado. De um lado, a inserção competitiva no cenário internacional. No plano doméstico, razões de equidade: a redução das disparidades econômicas entre os estados que vinha ocorrendo desde 1970 e foi interrompida devido à crise fiscal do Estado e à consequente queda de investimentos públicos, cuja importância relativa como fonte de crescimento do PIB tende a ser maior justamente nos estados menos desenvolvidos. Para tanto, necessária se faz a descentralização e a plena utilização sustentável do território. (BECKER, 1999, p. 36).

Na constituição desse modelo tem-se a retomada da projeção do país a nível escalar mundial, tendo como plataforma de projeção a América do Sul, em função de estar diretamente ligada aos interesses brasileiros. Ademais, essa formatação retoma os modelos baseados nos sistemas geográficos, em que os fatores naturais e artificiais são potencializados no território:

Estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, em 1995, ofereceu, até aqui, o mais abrangente diagnóstico dos sistemas de circulação no subcontinente em todos os modais, e apresenta os possíveis projetos de construção, adaptação, reformas, etc., para hidrovias, ferrovias, rodovias e instalações portuárias e aeroviárias requeridas pela integração até a próxima década e estima os custos correspondentes. Nele, destacam-se, dentre os grandes

empreendimentos, a rodovia do Mercosul, ligando São Paulo a Buenos Aires (em construção) e que implica na construção de uma ponte de 40 quilômetros entre Colônia (Uruguai) e Buenos Aires; o túnel ferroviário de média altitude entre Mendoza e Santiago, a ligação rodo-ferroviária entre Santos (ou Paranaguá, ou Rio Grande) e Antofagasta (ou Arica), no Chile; a hidrovía Paraguai-Paraná; a ligação rodoviária entre Rio Branco (Acre) e o porto de Ilo (Peru); o eixo fluvio-ferroviário entre Manaus e Quito (Equador), envolvendo os rios Solimões e Putumayo; e a ligação rodoviária (já concluída) entre Manaus e Caracas (Venezuela). Somando-se estes às dezenas de outros empreendimentos projetados para a região nos próximos anos, chega-se a um valor estimado total de US\$ 12,5 bilhões, previstos quase que na sua totalidade para a construção e a operação através de consórcios privados. (COSTA, 1999, p. 34 -35).

Boa parte dessas obras pode ser observada em direção a Amazônia, que em seu processo de constituição territorial apresenta-se como uma grande área geopolítica, reforçada na atualidade pela manobra geopolítica do país na direção dos grandes mercados norte-americano, europeu e asiáticos. Ai se reforça o poder centrífugo da bacia amazônica, captando os países amazônicos em direção ao processo de integração regional, além do policiamento conjunto da região, ou seja, do conjunto de operações tomadas em suas fronteiras, caso das cidades fronteiriças de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia):

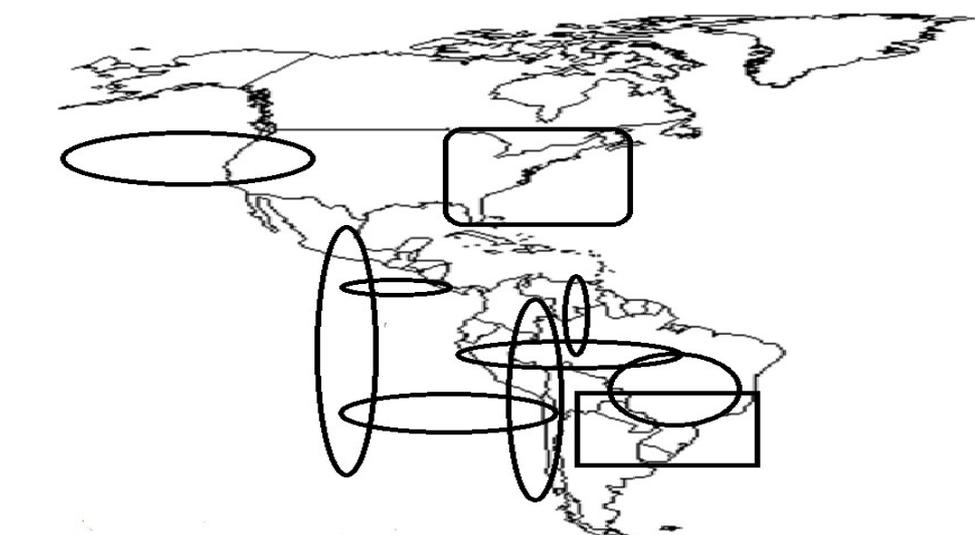
A esse respeito, em entrevista realizada com o inspetor da seção da Receita Federal em Tabatinga, Sr. Claudio D. P. Bastos, o mesmo demonstrou espanto e não soube explicar porque a ALCT, mesmo existindo há mais de 20 anos (desde 1989), ainda os tabatinguenses não importam ou exportam por Tabatinga, enquanto os leticianos vêm se especializando nesse ramo. Tal situação vai de encontro à afirmativa de Pontes (2009, 14) de que é “[...] extremamente atraente para qualquer empresário do ramo comercial instalar-se em uma Área de Livre Comércio pela considerável redução de carga tributária de ICMS que sofrerão as aquisições de mercadorias por ele realizadas [...]”, e lembra as palavras de Becker ([2004] 2009, 62) “a Área de Livre Comércio de Tabatinga só existe no papel”. (EUZÉBIO, 2014, p. 115-116).

A grande dimensão territorial da Amazônia exerce um papel contraditório nas políticas territoriais, em que ao mesmo tempo é potencializadora de novas manobras geopolíticas e um grande desafio a ser superado para o desenvolvimento econômico e inserção geopolítica. Pensar não apenas no sentido de sua proteção e militarização, mas pelas novas pretensões do país as quais a região possibilita.

As tendências atuais (Figura 1) demonstram uma nova forma de regionalização do continente por meio do processo de Integração dos blocos econômicos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

A Amazônia é parte integrante desse processo, observa-se um grande e novo território em formação na região setentrional, partindo de Manaus em direção à Venezuela e ao sistema geográfico caribenho, ou seja, o sistema geográfico amazônico passa a ter uma porta de saída em direção a essa bacia, que tem como artéria a rodovia federal Manaus-Boa Vista, permitindo ao país disputar a hegemonia com o México e com a própria Venezuela em função de sua debilidade econômica.

**FIGURA 1 - TENDÊNCIAS GEOPOLÍTICAS NO CONTINENTE AMERICANO**



**Legenda:**

-  Países polarizados e Áreas com tendências a integrasse a Bacia do Pacífico
-  Países e Áreas com tendências centrifugas e constantes choques de interesses
-  Países ambivalentes que atual em duas linhas de frentes no mundo

Fonte: chiclagoonline.com (adaptado pelo Autor).

Ao mesmo tempo, o sistema geográfico amazônico direciona-se ao Pacífico, em que os fluxos econômicos e a importância da China estão presentes:

A Bacia do Pacífico é composta por subáreas. Como já observado, a mais importante é a que se forma no nordeste asiático, pois nela convergem interesses dos EUA, China, ex-União Soviética e Japão. Quer dizer, grandes potências do mundo, à exceção do Mercado Comum Europeu, chegam diretamente a essa região. Nessa área estão localizados também alguns dos tigres asiáticos: Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan. Concentra aproximadamente 30% da população mundial. Essas características fazem da subárea o eixo da Bacia do Pacífico. O sudeste asiático, porém, com Indochina, Birmânia e Filipinas, entre outros países, é também considerado importante. Densamente povoado, possui territórios ricos em matérias-primas, aptos à agricultura intensiva.

Com relação a essas duas subáreas - nordeste e sudeste asiáticos - o Pacífico Sul (Austrália, Nova Zelândia etc.), com pequena população e territórios e recursos fartos, adquire importância pelo menos similar ao sudeste asiático. Diante disso, os sul-americanos do Pacífico, aparecem quase como marginais, a despeito de ter imensos territórios e recursos (pesca, cobre, chumbo, zinco, ferro, gás, carvão, petróleo). Além de riquíssima biodiversidade, recursos genéticos, grandes extensões para agricultura intensiva e regular população. À distância, poderia parecer que o acesso limitado ao rico interior sul-americano pelo Pacífico contribui para essa marginalidade; em nossa opinião, o acesso direto poderia mudar a situação.

A Bacia do Pacífico não é importante apenas pelo que acabamos de mencionar. Vista em conjunto, é a maior produtora de tecnologia, com mais de 50% da população mundial, ou seja, do maior mercado consumidor potencial da Terra. Assim, torna-se cada vez mais evidente que é com relação à Bacia do Pacífico que a Bacia Amazônica vai adquirindo importância crescente. (ZEVALLOS, 1993, p. 12).

Na estratégia da integração do sistema amazônico pode-se observar ações concretas como a estradas interoceânica construída entre Brasil e Peru, ligando o sistema geográfico amazônico, transpondo a cordilheira andina, até o Pacífico. E ainda a conexão direta via rio Purus, que pode ser conectado ao sistema Solimões/Amazonas, entretanto, necessitando de obras mais estruturais no caso da navegabilidade do rio Purus.

Em Travassos (1935), observa-se que o processo de transposição da Cordilheira Andina era uma preocupação geopolítica, ou seja, a ligação entre os sistemas geográficos amazônico e pacífico, conforme analisado:

Os Pasos, como por si mesmo traduzem, indicam as passagens, por assim dizer naturais (colos), de uma para outra vertente. Desses, os dignos de nota são o de Uspalata (Chile-Argentina) e o de Santa Rosa (Chile-Bolívia). Os Nudos, como centros de dispersão das águas em relação às várias ramificações dos sistemas de montanha, que, quando em vez, neles se enfeixam, apresenta-se sob a forma aproximada de planaltos em torno de um alto pico, exprimem linhas de menor resistência, dentre as que constituem a formidável anteparo divisória. Traduzem, por isso, embora de modo indireto, a permeabilidade transversal da Cordilheira. (MATTOS, 1935, p. 54).

A rodovia transoceânica deve ser estimulada com o incremento do transporte de soja, em direção à China e demais países asiáticos. Ao inverso, o escoamento da produção peruana para os mercados europeus e norte-americanos também é facilitado, e ainda cria-se possibilidade da produção chilena para novos mercados, através do sistema amazônico, se realizada a via Purus/Solimões/Amazônia.

Voltando à parte mais setentrional do sistema, tem-se a ligação da bacia hidrográfica do rio Negro e o canal do Cassiquiare com a bacia do Rio Orinoco, dessa forma pode ser potencializada na captura desses sistemas em direção ao sistema amazônico e ao oceano Atlântico, sobretudo, dando acesso ao sistema andino e, ao mesmo tempo, uma proximidade maior com o Canal do Panamá. Todas essas estruturas passam por um ponto nodal que é a cidade de Manaus, a mesma abriga um polo eletroeletrônico que é fundamental como ponto irradiador do sistema geográfico amazônico, servindo como base para as projeções brasileiras em direção ao Caribe e ao Pacífico.

### **Considerações finais**

As trajetórias geopolíticas em nosso país parecem ainda ser estabelecidas dentro de uma lógica que permeia o imaginário geográfico diante do processo de consolidação da integração nacional e do subcontinente sul-americano. A retomada da Geopolítica nos anos 90, estabelece um novo marco, em que além das políticas territoriais voltadas para a América do Sul têm-se as pretensões brasileiras no cenário internacional.

Nessa concepção, diretrizes ligadas a esses dois fatores escalares tem como elemento estruturador a ideia de um sistema geográfico amazônico articulado à Bacia do Pacífico e à Bacia Caribenha, que servem como elementos propulsores para a inserção do Brasil em uma Nova Ordem Mundial.

### **Referências**

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, nº 6, jan./jun. 1999. Disponível em: <[www.revistaterritorio.com.br/pdf/06\\_4\\_becker.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_4_becker.pdf)>. Acesso em 04 de janeiro de 2014.

COSTA, Wanderley M. Políticas Territoriais Brasileiras no Contexto da Integração Sul-Americana. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano 1 V. nº 7. p. 25-41. jul.-dez. 1999.

EUZÉBIO, Emerson F. A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). **Cadernos de Geografia**, Vol. 23, nº 1, ene.- jun. 2014.

HAGE, José Alexandre A. Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n.1, p. 98 – 114, jan.- jun. 2013.

LIMA, Wendell T.; FALCÃO, Rita Dácio; OLIVEIRA, Iatijara da S.; et. al. A geopolítica brasileira na constituição do eixo de integração de desenvolvimento: Manaus/Caribe. RELEM – **Revista Eletrônica Mutações**, julho – dezembro, 2012.

MELLO, Leonel Itaussu A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: EDUA.1997.

ROSEIRA, Antônio Marcos. **Nova Ordem Sul-Americana: Reorganização Geopolítica do Espaço Mundial e Projeção Internacional do Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo – SP. 2011.

SILVA, Golbery do C. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SCHILLING, Paulo R. **O Expansionismo brasileiro: A Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamarati**. São Paulo: Global Editora, 1981.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2ª Ed, 1935.

ZEVALLLOS, Enrique Amayo. Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes. Estudos Avançados. **Revista do Instituto de Estudos Avançados**, vol.7 n.17, Jan./Apr. 1993.

***Recebido em junho de 2014.***

***Publicado em agosto de 2014.***